

ÍNDICE

PREFACIO	5
SIGLAS E ABREVIATURAS	9
DA SUSTENTABILIDADE DO ESTADO FISCAL	11
<i>José Casalta Nabais</i>	
1. O estado fiscal	12
1.1. Sentido da ideia de Estado fiscal	12
1.2. Estado fiscal e «Estado pós-moderno»	17
2. A sustentabilidade do estado fiscal	23
2.1. A sustentabilidade estadual em sentido do amplo	24
2.2. A sustentabilidade fiscal do Estado	27
2.3. A sustentabilidade fiscal para os contribuintes	36
3. Alusão à sustentabilidade ecológica por via fiscal	44
3.1. Os tributos ambientais	44
3.2. Os benefícios fiscais ambientais	49
4. Em jeito de conclusão	54
Referências bibliográficas	57
SUSTENTABILIDADE E SOLIDARIEDADE EM TEMPOS DE CRISE	61
<i>Suzana Tavares da Silva</i>	
1. Introdução	62
2. Estado de necessidade económico-financeiro: conceito e realidades próximas	64
3. Garantias para o percurso entre o estado de emergência e a sustentabilidade financeira	71
4. A solidariedade no entretanto	83
5. Em jeito de conclusão: até quando? e até quanto?	86
Referências bibliográficas	89

EXCEÇÃO ECONÔMICA E GOVERNO DE CRISE NAS DEMOCRACIAS	93
<i>Gabriel Prado Leal</i>	
1. Apresentação	94
2. Exceção <i>ao</i> direito e exceção <i>no</i> direito	96
3. A relação entre ditadura e exceção constitucional	99
3.1. A ditadura romana	99
3.2. A ditadura comissária de Carl Schmitt.	101
3.3. A ditadura constitucional de Clinton Rossiter	104
4. Os sistemas de controles de crises	106
4.1. A lei marcial e o estado de sítio	106
4.2. A experiência da emergência econômica na primeira metade do século XX	110
5. O risco da exceção permanente	115
6. O estado de sítio econômico na constituição	118
6.1. Considerações preliminares	118
6.2. A proposta do Estado de Sítio Econômico	120
7. Conclusões	124
Referências bibliográficas	127
OS DESAFIOS DO ESTADO FISCAL CONTEMPORÂNEO	129
<i>Marcelo Rodrigues de Siqueira</i>	
1. Introdução	130
2. O estado fiscal	131
3. Os desafios do estado fiscal contemporâneo	134
3.1. Informática	136
3.2. Abertura dos Mercados	137
3.3. Preços de Transferências	138
3.4. Concorrência Fiscal	140
4. Transparência fiscal	143
4.1. Considerações Preliminares	145
4.2. Definição Clara de Funções e Responsabilidades	148
4.3. Processos Orçamentários	150
4.4. Acesso Público à Informação	152
4.5. Garantias de Integridade	154
4.6. Efeitos da Aplicação ou não do Princípio da Transparência	155
5. Conclusão	157
Referências bibliográficas	161
6. Anexos	163

A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA OPERACIONALIZAÇÃO DO INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES FISCAIS	167
<i>Raquel Gonçalves Mota</i>	
1. Introdução	167
2. Globalização econômica, tributação e colaboração entre Estados	169
3. Administração informatizada e seus efeitos no direito administrativo substancial	172
4. Aspectos gerais da operacionalização do intercambio internacional de informações fiscais	174
4.1 Informações que podem ser objeto de permuta	177
4.2 Âmbito objetivo, subjetivo e temporal	179
4.3 Modalidades de intercâmbio de informações	183
4.4 Confidencialidade	187
4.5 Princípio da reciprocidade	191
4.6 Possibilidade de recusar o pedido	191
4.7 Sigilo bancário	195
4.8 Posição do particular	198
5. Intercâmbio de informações na prática administrativa dos Estados: obstáculos e perspectivas	199
6. Conclusão	201
Referências Bibliográficas	203
NOVOS PARADIGMAS NO CONTROLO DO SISTEMA FISCAL	205
<i>Marta Costa Santos</i>	
1. Introdução	206
2. Controlo do Sistema Fiscal	209
2.1. Princípio da Legalidade e da Eficiência fiscais – um diálogo frutífero	211
3. Um controlo da eficiência do sistema fiscal	219
3.1. Dimensão Política	220
3.2. Dimensão Jurídica	224
3.3. Dimensão Técnica	228
4. Trabalho da UTAO: a integração com o controlo financeiro como garantia de <i>accountability</i>	233
5. Controlo da execução orçamental: soluções previstas no programa do XIX Governo Constitucional	236
6. Conclusão	241
Referências Bibliográficas	245